

ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO: NOTAS CRÍTICAS SOBRE O PIMESP

SECONDARY AND HIGHER EDUCATION IN SÃO PAULO: CRITICAL NOTES ON PIMESP

Lalo Watanabe MINTO¹

RESUMO: O presente artigo trata das relações entre os níveis educacionais no Estado de São Paulo, com foco em aspectos dos processos de integração entre ensino médio e ensino superior e de acesso às instituições públicas superiores. Partindo da análise dessas relações no contexto da política educacional vigente nos últimos anos, questiona-se a eficácia de propostas como a do *Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista* (Pimesp) para alterar estruturalmente esses mecanismos de acesso e integração. Salienta-se, ainda, que programas desse tipo reforçam tendências já vigentes nas políticas para o ensino superior brasileiro desde os anos 1990, não sendo propriamente uma novidade, bem como não contribuem para a melhoria das condições efetivas de funcionamento do ensino médio público. Conclui-se que o enfrentamento dessas condições de acesso e a possibilidade de uma maior integração entre níveis pressupõem políticas educacionais de caráter sistêmico, investimentos maciços, planejamento e perspectiva de longo prazo, entre outras questões que não estão nos horizontes do Pimesp.

PALAVRAS-CHAVE: Pimesp. Ensino médio e ensino superior. Inclusão.

Formulada em fins do ano de 2012 e apresentada ao público no início de 2013, uma nova proposta para o ensino superior pôs novamente em foco o tema do acesso a este nível de ensino no estado de São Paulo. Trata-se do *Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista* (Pimesp), elaborado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e pelo governo paulista.

O contexto no qual o Pimesp foi proposto tem levado muitos a interpretá-lo como a “versão” paulista da política de cotas criada em âmbito federal. Num sentido restrito, a comparação é válida, pois o programa surgiu após um longo processo que culminou no reconhecimento da constitucionalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal e na posterior aprovação da “lei de cotas” (BRASIL, 2012a).

O objetivo geral dessa lei é reservar 50% das vagas (de cada curso e em cada turno) nos processos seletivos das instituições federais para candidatos que cursaram todo o ensino médio na rede pública ou que obtiveram certificação via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e/ou outros exames de certificação realizados pelos estados. A reserva também prevê critérios socioeconômicos: 25% das vagas devem ser preenchidas por estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo; e étnico-raciais: no mínimo 17,5% das vagas devem ser preenchidas por pretos, pardos e indígenas.

¹ Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE), da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.

Entre a Lei federal de cotas, o Decreto que a regulamentou (BRASIL, 2012b) e o Pimesp há, porém, diferenças substantivas. No que se refere às políticas para o ensino superior, também não se trata de algo essencialmente novo. Veremos algumas dessas diferenças no decorrer deste artigo, ressaltando os aspectos que envolvem a relação entre ensino médio e ensino superior no estado de São Paulo. Partiremos da seguinte questão: o Pimesp pode (contribuir para) modificar a estrutura vigente de acesso às instituições de ensino superior (IES) públicas paulistas?

DA LEI DE COTAS À “VERSÃO” PAULISTA

Não é nosso objetivo fazer uma análise específica dos possíveis méritos (ou deméritos) da lei federal, mas parece-nos crucial utilizá-la como parâmetro para ampliar o debate sobre as atuais proposições. Nesse sentido, a primeira constatação que se faz ao ler a proposta do Pimesp é a de que há um descompasso entre as metas do programa e os instrumentos/meios apresentados para sua realização. Vejamos alguns desses problemas partindo das três metas anunciadas:

- a) Ter ao menos 50% das matrículas em cada curso e em cada turno com alunos que cursaram Ensino Médio integralmente em escolas públicas.
- b) Dentro desta meta de 50% dos matriculados, no mínimo, oriundos da escola pública. O percentual de pretos, pardos e indígenas deverá ser, também no mínimo, aquele verificado pelo IBGE no Censo Demográfico de 2010 (35%).
- c) As metas acima deverão atingidas ao longo de três anos, a partir de 2014. (CRUESP, 2013, p. 1).

Os principais problemas ficam evidentes quando se observa quais são os meios propostos para atingir tais metas. O primeiro deles é o de criar um Instituto Comunitário de Ensino Superior (Ices), que estaria vinculado à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). O Ices seria responsável por ‘incluir’ inicialmente os estudantes em cursos sequenciais² à distância, o que, ao final, contribuiria com o atendimento de 40% do total das “metas étnico-sociais” do Pimesp (aproximadamente 2000 vagas). No entendimento do governo paulista, das reitorias das três universidades e o Centro Paula Souza (Ceeteps), esse instituto pode contribuir para a promoção de um “equilíbrio sócio-étnico” no ensino superior do Estado.

Nesse primeiro caso, o Ices será início e fim do processo, não possibilitando que muitos estudantes cheguem de fato às universidades estaduais e à Fatec. Somente uma parcela – não clara na proposta – poderá ter acesso ao ensino regular, depois de

² A Lei nº 11.632/2007 modificou a redação do inciso I do Art. 44 da LDB/1996, que trata dos cursos e programas que compõem a educação superior. No caso dos cursos sequenciais, definiu-se que são: “cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.” (BRASIL, 1996). Para se referir a esses cursos, no Pimesp também se utiliza a denominação *college*, inexistente na legislação brasileira.

ter tido desempenho superior a 70% nos cursos do Ices. Isto implica, no mínimo, acesso por um caminho mais longo que o convencional.

Outro instrumento anunciado é o de implantar o “Plano Institucional de Recrutamento de Estudantes”, que demonstra que o Pimesp não pretende interferir diretamente na estrutura dos atuais vestibulares. Mais: sem interferir nestes mecanismos elitistas (cuja existência do “filtro” dos vestibulares é uma das principais formas de representação), tal medida pode ser do interesse dos *negócios* que envolvem as fundações que organizam os vestibulares e, principalmente, aos cursinhos preparatórios privados. Por essa razão, a reserva do Pimesp, diferentemente do que prevê a “Lei de cotas”, é por matrículas e não por vagas nos processos seletivos. Com esse *Plano de recrutamento* atender-se-ia aos 60% restantes das metas de “inclusão”.

Entretanto, nesse segundo caso, não se apresenta nenhuma proposta objetiva de implementação, deixando o “recrutamento” apenas sugerido genericamente. Sobre isso, é lícito mencionar que uma experiência piloto já vem ocorrendo na Unicamp, por meio do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProfFIS), implantado a partir de 2011. No ProfFIS, o mecanismo de “recrutamento” mais exclui do que inclui: somente os “melhores” alunos das escolas públicas de ensino médio de Campinas³ têm acesso ao programa (120 vagas), e seu desempenho é medido pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesse programa, é oferecido um curso sequencial presencial de dois anos, que, ao final, dá acesso aos cursos regulares de graduação da Unicamp. Este acesso depende das vagas disponíveis em cada unidade participante e, novamente, usa-se o *desempenho* dos alunos como critério para ter preferência de escolha do curso. Assim, os aprovados no curso recebem um diploma de curso sequencial superior e podem, se desejarem, pleitear as vagas disponíveis em cursos da Unicamp.

No que se refere à ‘inclusão’, a principal diferença entre ProfFIS e Pimesp é que com este segundo pretende-se ampliar a proporção entre alunos formados no programa e vagas disponíveis nas universidades públicas paulistas e Ceeteps, de modo que para parte dos formandos o curso sequencial seja *terminal*, conferindo-lhes um diploma de nível superior (sem formação específica).

No decorrer dos meses que se sucederam à apresentação do Pimesp, a Universidade de São Paulo (Usp) lançou uma proposta própria de “plano de recrutamento”. (USP, 2013a). Curiosamente, uma das sugestões presentes no documento⁴ da instituição indica algo ausente no Pimesp: “Um número expressivo de Unidades chama a atenção para a má qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e sugere que o Governo do Estado deveria, paralelamente à instituição do PIMESP, apresentar uma proposta de melhoramento para o ensino público.”

³ Os/As candidatas/as precisam ter cursado todo o ensino médio em escolas públicas (de qualquer localidade), sendo que, ao menos, o terceiro ano deve ter sido cursado no município de Campinas.

⁴ O referido documento foi elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação da USP e divulgado por meio de ofício de circulação interna à instituição (USP, 2013b).

(USP, 2013a, p. 2). Apesar disso, a administração central da universidade propõe uma *alternativa* que não modifica a estrutura dada de seleção, incidindo apenas sobre as formas de preparação para o “sistema meritocrático” já existente. Dentre elas, ampliar os programas de bonificação diferenciada para candidatos oriundos da escola pública, oferecer cursos pré-vestibular e fazer campanhas para divulgar e ampliar o número de candidatos ao vestibular da Fuvest.

Assim, o “Plano Institucional de Recrutamento” da Usp confirma um dos receios apontados desde a divulgação do Pimesp (cf. MINTO, 2013): coloca-se a ênfase no sistema de seleção e não nas determinações estruturais que resultam nas relações vivenciadas entre a educação básica e superior públicas em São Paulo. Isso pode, no limite, suscitar conclusões superficiais sobre os problemas do acesso ao ensino superior, reduzindo-os à esfera individual: após várias “oportunidades” de acesso, imagina-se que o “fracasso” dos que não conseguem ingressar nos cursos da Usp seja de *responsabilidade* dos próprios indivíduos. Desse modo, mesmo diferindo em pontos importantes, como o abandono do curso sequencial à distância, o projeto “alternativo” apresentado pela reitoria da Usp padece das mesmas limitações estruturais do Pimesp.

O terceiro meio proposto para atingir as metas do programa é o de criar um “Fundo Especial para Apoio à Inclusão Social”, que seria mantido pelo governo e pelas instituições conveniadas. Seu intuito seria o de financiar, por meio de bolsas (cerca de R\$ 311/mês), a permanência dos estudantes com renda familiar per capita inferior a 1,5 salários-mínimos. A proposta não deixa claro se este financiamento seria apenas para estudantes do *Ices* (no período do curso sequencial) ou também para todos os que ingressarem nas instituições estaduais de ensino superior através do programa. O grande problema que se evidencia aqui é: os atuais programas de financiamento à permanência estudantil já são insuficientes para atender às demandas existentes. O que garante que um novo programa modificará essas condições? É lícito lembrar que o público a ser atendido pelas metas de inclusão, muito provavelmente, será formado por indivíduos com dificuldades socioeconômicas ainda mais graves que as dos atuais estudantes.

POLÍTICA AFIRMATIVA OU AFIRMAÇÃO DA DESIGUALDADE POR MEIO DA POLÍTICA?

Outros questionamentos sobre propostas como a do Pimesp podem ser arrolados. Como política afirmativa, é bastante restritiva: em primeiro lugar, não explicita nenhuma razão para que os cotistas não sejam incluídos diretamente nos cursos universitários ou demais cursos superiores públicos existentes em São Paulo, como os da Fatec; também não justifica a criação dos cursos sequenciais à distância (de curta duração) e do currículo proposto (incompatível tanto com o ensino médio como com o superior). Isto leva a crer que o objetivo seja mesmo de que os alunos “fiquem pelo caminho”, pois os cursos do *Ices* oferecerão certificados de conclusão de nível superior.

Em segundo lugar, seu impacto é quase nulo na promoção do pretendido “equilíbrio sócio-étnico” no ensino superior em São Paulo, haja vista que apenas 3,6% das vagas anuais no ensino superior são oferecidas pelo setor público estadual.⁵

Criar um instrumento de *inclusão* que *não* conduz aos lugares onde operam com mais força os já existentes mecanismos sociais de exclusão, como é o caso das universidades públicas paulistas e, sobretudo, de certos cursos e carreiras em seu interior, pode promover ainda mais segregação. O perfil concentrador de Unesp, Usp e Unicamp é facilmente percebido quando se observam dois conjuntos de dados sobre os estudantes que se matriculam em seus cursos: proveniência escolar e renda familiar média per capita. Vejamos:

Tabela 1 - Vestibular 2012 - Universidades estaduais paulistas

Perfil dos matriculados	Unesp	Unicamp	USP
Cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas	37,9%	32,0%	26,6%
▶ Renda familiar média mensal:			
< 2 salários-mínimos	12,5%	6,2%*	6,0%
> 5 salários-mínimos	54,1%	68,4%	67,9%
> 10 salários-mínimos	23,5%	35,0%	35,0%

Fonte: Vunesp, 2013; Comvest, 2013; Fuvest, 2013.

* Dados do Vestibular 2013

Os dados acima permitem uma visualização geral do perfil de estudantes matriculados nas universidades estaduais paulistas. Porém, um retrato mais aproximado da real diversidade dos estudantes ingressantes pode ser obtido utilizando, como exemplo, os dados relativos a alguns dos cursos das três instituições.

Tabela 2 - Percentual de matriculados no vestibular 2012 que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas

Curso	Unesp	Unicamp	USP
Medicina	2,2%	11,8%	14,9%
Engenharia Mecânica (integral)	9,4%	8,5%	12,7%*
Pedagogia	64,8%	45,8%	38,7%
História	57,9%	23,3%	35,6%
Economia	13,5%	26,5%	19,5%**
Direito	26,5%	-	16,5%
Fonocardiologia	43,6%	50,0%	39,1%

Fonte: Vunesp, 2013; Comvest, 2013; Fuvest, 2013.

* Cursos de engenharia da Escola Politécnica de São Paulo.

** Campus de Ribeirão Preto-SP

⁵ Esses são os dados do Censo 2011 da Educação Superior (MEC. INEP, 2013b), os mais atualizados até o momento.

Nota-se, assim, que os percentuais médios (gerais) de estudantes egressos da escola pública matriculados nas universidades estaduais paulistas também ocultam a diversidade existente entre os cursos dessas instituições. Chama-nos a atenção, ainda, o fato de que existem diferenças significativas no interior dos próprios cursos, sejam elas entre as distintas unidades (*campi*, cidade) ou entre os períodos (diurno, noturno ou integral). Destaquemos dois exemplos: no curso de engenharia mecânica da Unesp, ofertado em três unidades, o percentual de matriculados que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas em 2012 é: Bauru (1,7%); Guaratinguetá (11,5%); Ilha Solteira (15%); no curso noturno do campus de Guaratinguetá, é 31,4%. Observamos situação parecida em pedagogia: no curso noturno da Unicamp, o número de estudantes oriundos da escola pública é mais de duas vezes o do integral: 63,3% contra 28,3%; no curso de pedagogia noturno da Unesp/Marília, este número salta para 86,3% dos matriculados, ao passo que em Araraquara (pedagogia diurno), é de 52%.

Se examinados outros cursos dessas três instituições de ensino, outras particularidades certamente serão encontradas. Não é este o nosso intuito. Queremos ressaltar as diferenças existentes entre os públicos que frequentam os cursos de graduação de Unesp, Unicamp e Usp, sobretudo quando se opõem as chamadas carreiras tradicionais e as áreas menos prestigiadas, porém igualmente essenciais, como os cursos de formação de professores. E, com isso, afirmar que a generalização “universidade pública elitista” nem sempre condiz com o perfil geral das instituições.

Outros dados recentes do ensino superior ajudam a reforçar mais uma dúvida com relação ao Pimesp: criar cursos sequenciais à distância é uma boa opção para a *inclusão* nesse nível de ensino? Em 2011, havia 196 cursos desse tipo em todo o Brasil (três deles em EàD), e 77 estudantes concluíram esses cursos naquele ano. Na região Sudeste, eram 54 matrículas, com 22 concluintes. Tampouco tem havido demanda suficiente por esse tipo de ensino: no país, foram abertas 145 vagas em 2011, mas apenas 73 pessoas se candidataram para ocupá-las; no Sudeste, 31 candidatos se inscreveram para 45 vagas.

Também é questionável a noção de inclusão que emana da leitura do documento. Pretende-se *equalizar* as desigualdades (étnicas ou socioeconômicas) de acesso ao ensino superior público criando formas diferenciadas de acesso para ensinos também diferenciados. O objetivo é fazer parte da “inclusão por mérito” em cursos não convencionais, isto é, fora das universidades propriamente ditas e seus cursos mais demandados, institucionalizando a chamada ‘flexibilização’ do ensino superior público, que vem acompanhada de estratégias como: redução de custos, enxugamento dos conteúdos e reorientação curricular, precarização das condições de funcionamento, adoção do EàD na formação inicial, entre outros temas bastante questionados quando da criação, por exemplo, da Univesp.

Novamente, é preciso afirmar que a proposta produz ainda mais segmentação, correndo o risco de que as metas anunciadas resultem apenas em ampliações

estatísticas. Ademais, na forma como se encontra o ensino superior público paulista, sua capacidade de expansão para atingir o anunciado “equilíbrio” socioétnico é, no mínimo, questionável⁶. Vejamos os dados da tabela abaixo:

Tabela 3 - Vagas no ensino superior, por tipo de IES e categoria administrativa - São Paulo, 2011

	Universidades	Outros tipos de IES	Total
público	44.598	35.285	79.883
federal	8.380	2.743	11.123
estadual	23.208	13.975	42.183
municipal	13.010	13.567	26.577
privado	494.612	586.017	1.080.629

Fonte: MEC, INEP, 2013b.

A distribuição das vagas no ensino superior entre as IES públicas e privadas denota a baixa capacidade do poder público estadual em promover qualquer tipo de equilíbrio sem que haja investimento maciço em novas instituições, infraestruturas para o ensino, pesquisa e a extensão, contratação de novos docentes e funcionários, aporte de recursos adequado etc. Mesmo entre as IES públicas de SP, esse potencial é restrito: as estaduais oferecem 52,8% das vagas. Soma-se a isso o fato de que, embora tenha se tornado comum a tentativa de desqualificar as IES estatais como “ineficientes” no âmbito da Reforma do Estado (anos 1990 e 2000), os dados do Censo da Educação Superior das últimas três décadas mostram que, no estado de São Paulo, houve uma significativa ampliação do trabalho realizado nessas instituições, evolução não acompanhada pelo crescimento no número de trabalhadores/as.

⁶ Até mesmo a professora emérita da Usp, Eunice Durham, aliada histórica dos governos do PSDB e das reitorias das universidades estaduais paulistas, criticou o Pimesp: “Como método de inclusão, ele é muito precário, é um remendo que tenta democratizar o acesso à universidade manipulando o vestibular, que não é a causa, mas o reflexo da desigualdade existente.” (DURHAM, 2013).

Tabela 4 - Expansão do ensino superior estadual paulista - 1991-2011

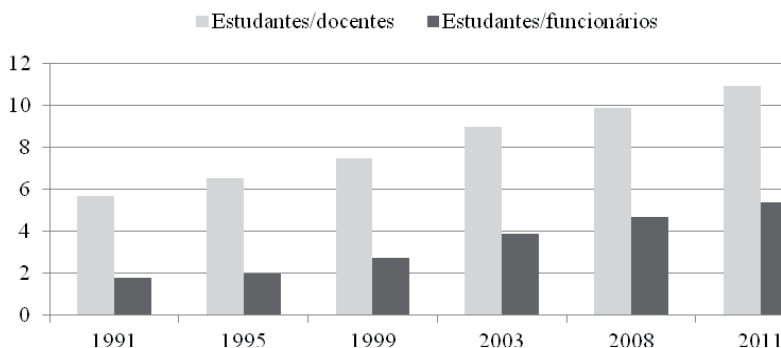
	1991	2011	1991-2011(%)
Total de Instituições	8	55	562,5
(Universidades)	(3)	(3)	-
Matriculas na graduação (presencial)	82.418	163.103	161,3
(nas universidades)	(56.624)	(119.748)	(111,5)
Funções docentes em exercício	10.965	14.952	36,4
(nas universidades)	(10.501)	(11.901)	(13,3)
Funcionários*	35.173	30.225	-14,1
(nas universidades)	(34.897)	(26.850)	(-23,1)

Fonte: MEC/ INEP, 2013b.

* em exercício e afastados

Outra comparação que denota o processo de intensificação do trabalho docente e de funcionários técnico-administrativos é a da relação entre matrículas nos cursos de graduação e o número de trabalhadores; ambas mais do que dobraram em duas décadas:

Gráfico 1 - Relações entre estudantes de graduação presencial e trabalhadores (docentes e funcionários) nas IES estaduais paulistas - 1991-2011



Fonte: MEC. INEP, 2013b.

Com esses dados já se nota que houve, a partir da década de 1990, um inegável processo de intensificação do trabalho nessas instituições, sobrecarregando docentes e funcionários, e agravando o problema da falta de infraestrutura adequada para os estudantes⁷. Há várias outras dimensões do processo de intensificação do trabalho

⁷ Recorrentes manifestações e mobilizações estudantis têm tornado explícita a falta de condições de infraestrutura e de permanência estudantil. É caso das reivindicações por ampliações nas vagas de moradia estudantil, nos

nas instituições de ensino superior públicas não mostradas no gráfico e na tabela anteriores, tais como: cursos e atividades em EAD; a expansão das matrículas, cursos e atividades de pós-graduação, *stricto*⁸ e *lato sensu*; as atividades de pesquisa, cada vez mais submetidas a critérios de avaliação quantitativos (o “produtivismo acadêmico”) e insuficientes mecanismos de financiamento; crescimento das atividades de extensão, dos encargos administrativos, entre outros. Não é por acaso que vêm se ampliando os problemas de adoecimento derivados da atividade profissional.⁹

NOVA ROUPAGEM PARA MEDIDAS CONHECIDAS

Causa estranheza o fato de que uma proposta tão séria como a do Pimesp tenha sido apresentada desacompanhada de um diagnóstico aprofundado sobre o assunto, o que permitiria melhor avaliação dos objetivos e meios para atingi-los. Esta foi uma das razões pelas quais parte significativa das comunidades de Unesp, Unicamp e USP rejeitou o projeto na forma como foi apresentado.¹⁰

O Pimesp pode significar, entretanto, que a intenção do governo paulista não foi a de “promover o equilíbrio sócio-étnico” no ensino superior público paulista, mas sim de dar nova vida e amplitude a outras propostas e programas já implantados noutros momentos, como a do ensino à distância e da flexibilização do ensino superior público.

Em geral, essas tendências trazem mais prejuízos às áreas consideradas menos “nobres” no interior do ensino superior, como é o caso dos cursos de formação de professores (licenciatura em pedagogia e demais licenciaturas). É lícito recordar que algumas medidas dos últimos anos são muito preocupantes. Em 2007, com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo federal fez do ensino à distância a modalidade prioritária para a expansão da formação de professores (Cf. MINTO, 2009). Pouco tempo antes, havia sido implantada a Universidade Aberta do Brasil e, hoje, já se anuncia a criação da primeira universidade federal à distância.¹¹ No plano estadual, a criação da Univesp foi peça-chave da “resposta” que a política educacional paulista tentou dar para o problema da falta de professores nas redes básicas de educação pública. A Univesp não era uma nova

programas de bolsa (de pesquisa e/ou trabalho), nos restaurantes universitários, entre outras.

⁸ Na Unicamp, o número de pós-graduandos regularmente matriculados cresceu 210,3% entre 1994 e 2011; na Unesp, o aumento foi de 240,7%, entre 1992 e 2011, e na Usp, de 68%, entre 1995 e 2011.

⁹ Este problema tem sido cada vez mais objeto de estudos acadêmicos, em diversas áreas de conhecimento. No estado de São Paulo, as associações docentes das universidades estaduais vêm abordando os problemas de saúde decorrentes das condições de trabalho, com foco em temas como o “produtivismo acadêmico” e a carreira docente. Sobre isso, ver Pita (2010) e Adunicamp (2009). Sobre a intensificação do trabalho docente nas instituições federais, ver Sguissardi; Silva Junior. (2009).

¹⁰ A USP foi a primeira a apresentar uma contraproposta de ‘programa de inclusão’, enquanto a Unicamp anunciou que pretende ampliar o seu programa Profis (BRANDT, 2013), que serviu de inspiração (ou teste?) para o Pimesp. A Unesp anunciou que estudará uma nova proposta para apresentar ao governo paulista.

¹¹ Cf. Foreque, 2013.

instituição de ensino, e sim um “programa”, criado pelo decreto nº 53.536, de 09/10/2008. Como tal, ele mantém parcerias com instituições já consolidadas (USP, Unicamp, Unesp e Ceeteps), além da Fundação Padre Anchieta (FPA), ligada à Rede Globo de Televisão. Recentemente, foi criada a Fundação Univesp (Lei nº 14.836 de 20/07/2012), agora entendida pelo governo estadual como a “quarta universidade pública paulista” (UNIVESP, 2013). Nessa nova condição, pretende-se oferecer cursos com maior “autonomia”.

O rol de cursos implantados pela Univesp desde sua fundação não deixa margem de dúvida: dois cursos de graduação plena (pedagogia e licenciatura em ciências) e cursos de especialização voltados para um público-alvo formado por professores e demais profissionais que atuam na educação básica.¹² No mais, outros projetos de formação de professores com amplo uso das chamadas TIC também têm tido respaldo dos governos paulistas, não podendo ser caracterizados como ‘exceções’¹³:

[...] não é lícito ignorar que as mesmas forças políticas que comandam o governo paulista há mais de uma década [...], têm implantado à revelia da sociedade projetos como o “PEC-Formação Universitária” e o “Pedagogia Cidadã”, a título de pretensa graduação de nível superior para professores já efetivos na rede pública com formação de nível médio, cujas características podem ser assim resumidas: cursos experimentais, modulares, aligeirados e com boa carga didática à distância. Ao mesmo tempo, esses mesmos governantes não se preocuparam com a expansão do ensino superior presencial e de boa qualidade, o pouco que fizeram foi sem a garantia de recursos vinculados regulares. Portanto, não é descabido supor que desta vez o governo trabalha, em especial, com a idéia de que o ensino à distância é a alternativa privilegiada, senão a única, para promover a expansão do ensino superior público no Estado de São Paulo. (MINTO; MURANAKA, 2008, p. 73).

Afora essas experiências, nos dias atuais um perfil mais completo da formação de professores no estado só pode ser obtido quando se observa o papel exercido pelo setor privado. Vejamos a seguir:

¹² Todas as informações sobre a Univesp foram consultadas em: www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br. Os demais cursos oferecidos pelo consórcio foram os de inglês e espanhol (básicos), de cunho extracurricular.

¹³ Em estudo anterior, apontamos que no plano federal também vigora a tendência de usar o EàD como modalidade ‘privilegiada’ de expansão dos cursos de formação de professores, o que ficou patente com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (cf. MINTO, 2009).

Tabela 5 - Concluintes de cursos de licenciatura, por tipo de estabelecimento - São Paulo, 2011

Públicas	Concluintes	%
Cursos presenciais em universidades	4.319	3,3
Cursos à distância em universidades	129	0,2
Cursos presenciais em IES não universitárias	1.186	2,2
Cursos à distância em IES não universitárias	-	-
Privadas		
Cursos presenciais em universidades	13.095	24,0
Cursos à distância em universidades	9.223	16,9
Cursos presenciais em IES não universitárias	20.564	37,6
Cursos à distância em IES não universitárias	5.608	10,3
Total	54.624	100,0

Fonte: MEC, INEP, 2013b

Os dados da tabela acima retratam que a formação de professores em São Paulo (tomada aqui como expressão do número de concluintes de cursos de licenciatura), possui algumas características básicas:

1. a maioria absoluta dos licenciados advém do setor privado (88,8%);
2. vem predominando uma concepção de formação na qual as licenciaturas não devem ser exclusividade das instituições universitárias: 50,1% dos concluintes formam-se em instituições não universitárias;
3. é significativa a presença da concepção de que a formação inicial do/a professor/a não deve ser, necessariamente, feita em cursos de graduação presenciais (27,4% dos licenciados formam-se em cursos à distância, sendo 99,1% desses em IES privadas);
4. tomando por base o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e o fato de que as universidades privadas – salvo raras exceções – investem muito pouco em atividades de pesquisa (MINTO, 2006, p. 259), a formação de professores tende a se distanciar daquilo que de mais avançado se produz em termos de novos conhecimentos científicos, atividades sabidamente concentradas nas universidades públicas.

PARA CONCLUIR, AINDA QUE PARCIALMENTE

O que está em jogo com o Pimesp, portanto, não é apenas (nem essencialmente) a implementação das cotas e políticas afirmativas – sobre as quais os movimentos sociais organizados que vêm debatendo o assunto teriam muito a contribuir se chamados a participar¹⁴ – mas o futuro da própria universidade pública. Nesse sentido, o caráter antidemocrático que viceja em suas proposições não é apenas um sintoma, mas também uma consequência de anos de uma política educacional que primou pela ausência de diálogo e pela repressão sistemática aos movimentos reivindicatórios.

Tendências negativas que vinham se desenvolvendo ao longo das últimas décadas poderão ser reforçadas: a oferta de ensinos de qualidade (e custos) diferenciada para distintos grupos da população; a dissociação da tríade ensino, pesquisa e extensão; a prática da expansão de vagas sem ampliação correspondente dos recursos financeiros, da infraestrutura e dos recursos humanos, precarizando as condições de trabalho e de funcionamento das instituições; o uso indiscriminado do ensino à distância; a privatização do ensino superior; a fragmentação das políticas educacionais para os níveis básico e superior, dentre outras.¹⁵

Registre-se, ainda, que os atuais impasses na implementação do novo Plano Nacional de Educação revelam o quão difícil tem sido planejar e implementar políticas sistêmicas para a educação. Sem um tratamento deste tipo, não se desenvolve uma articulação mais adequada entre educação básica e superior no longo prazo. Os motivos que levam à desigual distribuição das oportunidades de acesso ao ensino superior paulista (o mais privatizado de todo o Brasil), só podem ser eficazmente combatidos com medidas estruturais. Para isso, mais recursos, maior investimento na formação dos profissionais da educação, ampliação de todo o ensino público com qualidade, entre outros, são precondições.

Recorrer ao “mérito” para atender àqueles que, justamente por conta das condições sociais, econômicas e culturais desfavoráveis, ficaram pelo caminho no sistema vigente de “meritocracia”, não parece ser alternativa adequada para expandir o acesso de todos a uma educação superior pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Enquanto política que pretende ampliar os caminhos de acesso entre o ensino médio e o ensino superior, portanto, o Pimesp já apresenta problemas desde a sua concepção.

Ademais, como já mencionado, a opção de se fazer um curso preparatório para pretensamente melhorar o nível de formação dos estudantes que vierem a ingressar por meio das “cotas” do Pimesp¹⁶, é bastante revelador da própria política

¹⁴ Em 05 de maio de 2013, os movimentos negros e sociais que compõem a “Frente pró-cotas raciais do Estado de São Paulo”, protocolaram na Assembleia Legislativa uma proposta alternativa de Projeto de Lei para a implementação de um sistema de cotas nas IES estaduais paulistas. Disponível em: <http://www.uneafrobrasil.org/images/conteudos/PL_COTAS_MOVIMENTOS.pdf>.

¹⁵ Sobre isso ver também Dias; Minto (2010).

¹⁶ Isso serve para contrabalançar o recorrente argumento, advindo de setores contrários às chamadas políticas

educacional praticada pelo governo paulista. Dentre os concluintes do ensino médio público em São Paulo, em 2011 (dados mais recentes disponíveis)¹⁷, 98,3% provêm da rede estadual. Como a proposição contida no Pimesp implica reservar vagas para estudantes da escola pública e que estes complementem seus estudos para terem “mérito”, o próprio governo acaba por reconhecer o fracasso da política educacional por ele implantada. E, num estado cujo governo é ocupado desde 1995 pelo mesmo partido, torna-se improvável um discurso como aquele que atribui todos os problemas da educação à “herança” ruim de governos anteriores.

O conjunto de elementos apresentados no decorrer da exposição ajuda, nesse momento, a responder à questão formulada no início: o Pimesp não modifica – nem contribui para modificar – a estrutura de acesso ao ensino superior público paulista, seja no sentido de maior abertura e democratização, seja no que se refere a um processo de médio e longo prazo, no qual poder-se-ia pensar em mudanças paulatinas. A razão disso é clara: uma efetiva reestruturação educacional demanda muito mais que um “programa”. O sistema de ensino paulista, o maior do país, só pode ser modificado à medida que seus fundamentos também são modificados. Em linhas gerais, pode-se apontar dois grandes *eixos* de medidas a serem consideradas nesse debate.

O primeiro é predominantemente *educacional*: modificar a estrutura e forma de organização da educação paulista. No caso do nível básico, com ênfase no ensino médio, os desafios não são novos: investir na formação de professores; ampliar os recursos investidos na educação; rever o pacto federativo e a estrutura tributária, de modo a torná-los mais favoráveis aos estados e municípios, que são os que possuem maiores incumbências no campo do atendimento escolar, enquanto os recursos advindos de impostos se concentram na União. No caso do ensino superior, é crucial reverter políticas e práticas que, de um modo geral, contingenciaram historicamente a expansão do ensino público e gratuito e favoreceram a expansão privada e mercantil. No estado de São Paulo, cerca de 86% das IES e matrículas são privadas. Com tal índice, qualquer política estatal de expansão do atendimento já sai em ampla desvantagem com relação ao setor privado. Vejamos um dado ainda mais emblemático: do total de 1.160.512 de vagas de nível superior oferecidas no estado em 2011, as IES públicas estaduais ofereceram apenas 3,6% (42.183), sendo 2% a fatia correspondente a Usp, Unesp e Unicamp (23.208). Se considerarmos, ainda, o número de concluintes do ensino médio em SP¹⁸, em 2011 (442.103), o total de vagas oferecidas pelas IES estaduais daria conta de atender aproximadamente 9,5% desses concluintes.

afirmativas, de que as cotas produziram inevitavelmente uma perda de qualidade no ensino das instituições universitárias públicas. A mesma lógica vale para o ProFIS/Unicamp.

¹⁷ Cf. Mec. Inep, 2013a.

¹⁸ Este é um dado de referência, porém, incompleto, haja vista que muitos candidatos de outros estados concorrem às vagas nas IES públicas paulistas. Nos vestibulares 2012 de Unicamp e Unesp, respectivamente cerca de 7,5% e 6,1% dos inscritos declararam residir noutros estados.

Trata-se, assim, de conceber e organizar a educação paulista numa perspectiva sistêmica. Uma bandeira histórica empunhada pelos movimentos sociais em defesa da educação, mas, há muito, postergada pelos governos brasileiros, que têm imposto uma agenda política e econômica vinculada aos interesses do grande capital internacional: rolagem da dívida pública, contingenciamento de gastos públicos para remuneração do capital financeiro, redução de direitos trabalhistas e sociais, mercantilização dos serviços públicos, privatizações e etc. Nesse mesmo sentido, uma questão é crucial para pensar os limites e alcances de projetos como ProFIS e Pimesp: com tantas deficiências educacionais e científicas acumuladas ao longo do tempo, cabe à universidade a função de oferecer formação de “reforço” para os estudantes egressos do ensino médio ou, de outro modo, contribuir para que o conjunto das políticas educacionais seja, de fato, pensado, planejado e executado conforme uma nova lógica de organização e funcionamento que supere tais dificuldades (que não surgem de uma hora para outra, mas são produto de longo descaso com a educação)?

Este conjunto de questões acima nos encaminha ao segundo eixo: sem modificar as prioridades do Estado brasileiro, nenhuma medida educacional pode ser plenamente eficaz no longo prazo. A profunda desigualdade social do capitalismo brasileiro é o que, em última instância, produz (e reproduz) os fundamentos de nossas desigualdades educacionais. O histórico de baixo atendimento no nível superior público é uma de suas consequências mais claras.

Mas sempre se pode (e deve) começar por alguma coisa: a construção do Sistema Nacional de Educação, pauta das Conferências Nacionais de Educação, agora em sua segunda edição, tem como alicerce declarado essa mudança mais estrutural, para a qual, atingir a meta de investir 10% do PIB brasileiro em educação pública é fundamental.¹⁹ Não será uma ocasião para se organizar e lutar para que as eventuais deliberações da atual conferência sejam – ao contrário da primeira – implementadas efetivamente?

Em tempo, um comentário final: não foi nosso objetivo dar um “veredito” sobre proposições que ainda não foram implementadas, podendo inclusive estar descartadas quando da publicação deste texto. O que se buscou foi problematizar o conteúdo dessas propostas e analisar o sentido que possuem num contexto mais amplo, aquele no qual vem sendo construídas as políticas para a educação paulista. Pois como nos ensina a história, esquecer o passado é estar condenado a repeti-lo.

¹⁹ O debate sobre o destino dos royalties do petróleo tem sido utilizado, em muitos casos, de forma capciosa, servindo para ocultar o desinteresse político das forças que ocupam o governo federal e o Congresso Nacional em aplicar os 10% do PIB na educação, como deliberado na Conferência Nacional de Educação 2010. Ademais, Helene (2013) mostra a ampla insuficiência de recursos que poderão ser destinados à educação com os royalties do petróleo do pré-sal e questiona a ‘armadilha’ que estes representam, uma vez que vincular o financiamento da educação ao pré-sal também significa subordiná-la aos lucros obtidos com a exploração do petróleo e, indiretamente, com a rentabilidade do capital financeiro internacional. Ou seja, a armadilha reside justamente no fato de que se condiciona a ampliação dos gastos com educação ao mercado financeiro internacional, que é, no fim das contas, o mesmo que impede que o Estado brasileiro invista mais naquele setor.

MINTO, Lalo Watanabe. Secondary and Higher Education in São Paulo: Critical Notes on PIMESP. *Educação em Revista*, Marília, v. 14, n. 2, p. 53-68, Jul.-Dez. 2013.

ABSTRACT: This article discusses the relationships between the educational levels in São Paulo, focusing in some aspects such as the integration process (higher and basic education) and the access to the public higher education institutions. Starting on analyses of those relations in the context of the educational policy of the last decades, we question the efficacy of the recent proposition named *Pimesp (Program of inclusion with merit in the public higher education of São Paulo)* to transform the great structural lines of these access mechanisms and integration. It is supported that programs like this, in one hand, are not new and, in the other hand, they reinforce some tendencies which are already in progress in the policies to the Brazilian higher education since 1990s. Besides that, they are not able to improve the effective conditions of the secondary public education. In the final part we state that to face these conditions of access and the possibility of a greater integration between the levels of teaching is necessary a set of systemic educational policies, with massive public investments, long term planning, among other things that are not on the horizons of *Pimesp*.

KEYWORDS: Pimesp. Secondary education. Higher education. Inclusion.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNICAMP - ADUNICAMP. Produtividade e avaliação docente: para onde vai a universidade? *Movimento em debate*, Campinas, ano 2, n. 3, maio 2009. Disponível em: <http://www.adunicamp.org.br/index.php?option=com_jdownloads&view=viewcategory&catid=4&Itemid=329>. Acesso em: 18 jul. 2013.

BRANDT, R. Unicamp amplia bônus para inclusão social no vestibular 2014. *Estadão*, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,unicamp-amplia-bonus-para-inclusao-social-no-vestibular-2014,1041157,0.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 2 jul. 2013.

_____. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 2 jul. 2013.

_____. *Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012*. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. 2012b. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/DEC%207.824-2012?OpenDocument>. Acesso em: 3 jul. 2013.

COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES - COMVEST. Vestibular 2012. Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/vest_anteriores/vest2012.html>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CONSELHO DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS - CRUESP. Programa de inclusão com mérito no ensino superior público paulista (PIMESP). Disponível em: <http://www.adunicamp.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=252&view=finish&id=414&catid=19&m=0>. Acesso em: 1 jul. 2013.

DIAS, E.; MINTO, L. Ensino superior em SP: expansão privatista e consequências na educação básica. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 46, p. 77-85, jan. 2010.

DURHAM, E. O projeto é um remendo, não uma solução para a desigualdade. *Jornal do Campus*, São Paulo, n. 406, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/04/o-pimesp-e-um-bom-metodo-de-inclusao/#2>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FOREQUE, F. MEC vai criar universidade federal de educação à distância. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/06/1296621-mec-vai-criar-universidade-federal-de-educacao-a-distancia.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

FUNDAÇÃO PARA O VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - VUNESP. Questionário socioeconômico - Vestibular Unesp 2012. Disponível em: <<http://www.vunesp.com.br/QuestionarioUnesp/index.php>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR - FUVEST. *Vestibular Fuvest 2012*. Disponível em: <<http://www.fuvest.br/vest2012/estat/estat.stm>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

HELENE, O. Os recursos do Pré-Sal para a educação. *Correio da Cidadania*, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8422:submanchete290513&catid=71:social&Itemid=180>. Acesso em: 26 jun. 2013.

MEC. INEP. *Sinopses estatísticas da educação básica*. 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Vários acessos em jul. 2013.

MEC. INEP. *Sinopses estatísticas da educação superior - graduação*. 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Vários acessos em jul. 2013.

MINTO, L. W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. O ensino à distância no Plano de Desenvolvimento da Educação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 9., 2009, São Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. Proposta de 'política afirmativa' para o ensino superior público paulista pode provocar mais exclusão. *Correio da Cidadania*, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8424:manchete310513&catid=25:politica&Itemid=47>. Acesso em: 31 maio 2013.

MINTO, C.; MURANAKA, M. A proposta da Univesp: uma leitura crítica. *Movimento em debate*, Campinas, ano 1, n. 1, p. 71-87, maio 2008.

PITA, M. Estresse laboral, assédio moral e burnout marcam produtivismo. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 48, p. 14-21, set. 2010.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR., J. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP. *Universidade virtual do estado de São Paulo*. Disponível em: <www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/1/conheca-o-programa-univesp>. Acesso em: 2 jul. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Pró-Reitoria de Graduação. *Proposta de plano institucional da Universidade de São Paulo para o recrutamento de estudantes capacitados e participantes dos grupos sociais previstos no regime de metas do Pimesp*. 2013a. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/GTs/educacao/PropUSPPIMESP13.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Pró-Reitoria de Graduação. Of. Circ-Gab-Pró-G-27/2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/GTs/educacao/OfCirc2713.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2013.